



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Apresentação

Francisco Luiz Corsi
José Marangoni Camargo
Agnaldo dos Santos

Como citar: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. Apresentação. *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. (org.). **Os dilemas atuais do Brasil e da América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 7-14.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-815-6.p7-14>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

APRESENTAÇÃO

O presente livro abarca um conjunto de trabalhos debatidos nas mesas-redondas do XV do Fórum de Conjuntura, que discutiu os impactos da crise estrutural do capitalismo global na América Latina e as alternativas de desenvolvimento socioeconômico para a região. Tema da maior relevância no atual momento em que se observa uma onda conservadora no mundo. Em linhas gerais, o capital, embora abalado pela crise, busca responder os graves problemas de valorização que enfrenta, sobretudo devido à existência de uma massa enorme de capital fictício, por meio da intensificação da exploração do trabalho. Isto significa aprofundar a precarização das condições de trabalho, reduzir os salários e as aposentadorias, reduzir os gastos com programas sociais (educação, saúde, moradia, saneamento etc.), concentrar ainda mais a renda e cortar os direitos sociais e trabalhistas. Apesar da resistência das classes populares, que até o momento não têm logrado sucesso em sua luta, esta saída tem sido implementada em toda parte sob a égide do neoliberalismo. Seja na Europa, onde a Grécia é um caso exemplar, seja na América Latina; o exemplo brasileiro é lapidar. Um golpe institucional derrubou um governo constitucionalmente eleito e logo estabeleceu como meta principal o corte de direitos sociais e trabalhistas em nome da estabilidade fiscal, que nada mais é do que garantir as condições de valorização do capital rentista e de rentabilidade e competitividade do capital. O golpe foi desfechado contra os direitos civis e sociais de grande parte do povo brasileiro e, mais uma vez, como em tantas vezes no passado, o ônus da crise será jogado nas costas dos trabalhadores.

Estas colocações não eximem o governo Dilma de uma severa análise crítica em virtude de seus inúmeros equívocos, como o de ser conivente com a corrupção e de implementar um ajuste ortodoxo logo após a sua reeleição, contrariando seu discurso e os interesses de suas bases de sustentação; apesar de seus acertos, como a redução dos juros e a flexibilização das metas de superávit primário e de inflação, que desencadearam a fúria conservadora dos rentistas e da grande imprensa, com largo apoio das classes médias, temerosas de perder sua posição social e contrariadas pela política fiscal, pela política de cotas, pela desvalorização da moeda e pelo baixo retorno dos serviços sociais. Está em curso uma feroz luta entre as diferentes frações das classes dominantes pelos rumos da economia e da sociedade brasileira e isto implica também definir os caminhos da inserção do Brasil no mundo multipolar que se configura com a crise estrutural de sobreacumulação.

Estas questões rascunhadas acima foram alvo das discussões do XV Fórum de Análise de Conjuntura, embora o evento tenha ocorrido antes do “desfecho” do golpe no Brasil e das eleições na Argentina e na Venezuela. Ou seja, o evento, organizado pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Globalização e ocorrido entre 16 e 18 de novembro de 2015, na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), abordou a conjuntura econômica e política dos principais países da América Latina. Especial atenção foi dispensada ao Brasil, que vive complexa crise econômica e política. Em termos mais gerais, os temas do desemprego, do meio ambiente, da desigualdade social, do acesso aos serviços públicos universais, das estratégias de desenvolvimento e inserção na economia mundial, do grau de autonomia dos Estados nacionais de levar a cabo políticas econômicas voltadas para o atendimento das demandas sociais e o crescimento sustentado ante aos interesses financeiros dominantes, do esgarçamento das formas de vida, de fazer política e de organização econômica foram os pontos discutidos no Fórum de Conjuntura.

O livro está organizado em 12 capítulos, que correspondem às participações dos expositores nas mesas do evento. O capítulo de Adrián Sotelo Valencia, “América Latina e a Crise Capitalista Mundial do Ponto de Vista da Teoria da Dependência” discute os impactos da crise mundial na América Latina. A economia capitalista mundial está passando por dificuldades sérias e importantes nos últimos anos, especialmente após a crise

estrutural e financeira que abalou o mundo em 2008-2009. Segundo o autor, a sua recuperação foi, até o momento, muito tímida. Dessa forma, a crise, que é profunda, continua afetando praticamente todos os países e sociedades. As recuperações esboçadas por alguns países são de fôlego curto. Isto se explica essencialmente pelo fato de que para o sistema capitalista é cada vez mais difícil produzir valor e mais-valia em escala suficiente para garantir a sua reprodução ampliada mantendo ou aumentando a taxa média de lucro. Esse é o contexto em que a situação política e econômica da América Latina precisa ser analisada.

O capítulo “As Dimensões da Crise do Capital e a Particularidade Brasileira no Início do Século XXI”, de Adilson Marques Gennari, também analisa a conjuntura da economia brasileira a partir de uma perspectiva ampla, que tem como referência as profundas transformações em curso no capitalismo. Segundo o referido autor, o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro neste começo do século XXI se caracteriza por continuidades e por rupturas. Este padrão estaria presente nos aspectos conjunturais e estruturais da sociedade e da economia brasileiras. As transformações em curso estariam articuladas diretamente com a forma de inserção do Brasil no processo de globalização do capitalismo. Esta inserção seria subordinada e caracterizada por um ciclo financeiro inerentemente instável que aprofundou a vulnerabilidade da economia brasileira. Resultados dessa inserção seriam, entre outros pontos, a desindustrialização e a re-primarização da economia. O processo de transferência de renda para os setores populares, que resultou em redução significativa da população abaixo da linha da pobreza, estaria em risco em virtude dos limites das políticas econômicas implementadas no período e dos persistentes problemas estruturais, que indicam que não houve alteração na secular estrutura social de concentração da propriedade e da renda.

O capítulo “Notas sobre a Política Econômica do Governo Dilma”, escrito por Francisco Luiz Corsi, discute as razões do baixo desempenho da economia brasileira entre 2011 e 2014 e da recessão aberta em 2015. Parte da perspectiva segundo a qual a análise da economia brasileira precisa abarcar o contexto mundial no qual está inserida. Tanto sua fase de expansão recente (2003-2010), que coincide com o governo Lula, quanto o baixo crescimento do primeiro mandato do governo Dilma e

a recessão em curso só são inteligíveis no bojo da evolução da economia mundial, não obstante o desempenho da economia brasileira também depender, em boa medida, das determinações internas e da luta de classes em torno da definição dos seus rumos. Para o autor, a política econômica dos governos Lula e Dilma se sustentava em dois pilares contraditórios. De um lado, mantiveram a política macroeconômica neoliberal de FHC. De outro, adotaram medida voltadas para a expansão do mercado interno e para a distribuição da renda. Esta situação sustentou-se no período de *boom* da economia mundial. Quando da crise de 2008, as contradições afloraram e o desfecho foi a recessão aberta em 2015.

O capítulo escrito por José Marangoni Camargo, “Evolução recente do emprego e distribuição da renda no Brasil em uma conjuntura de crise”, discute a evolução da economia brasileira no período recente, em um contexto de crise econômica e os impactos sobre o emprego e a distribuição da renda. No período 2003-2014, apesar das políticas de cunho neoliberal terem sido mantidas em linhas gerais nos governos Lula da Silva e Dilma Roussef, as taxas de crescimento médias superiores às duas décadas anteriores, geraram efeitos positivos sobre o mercado de trabalho. Adicionalmente, a formulação de um conjunto de políticas sociais, como a recomposição do valor real do salário mínimo e a concessão da bolsa família, possibilitou também um crescimento da renda dos segmentos mais baixos e uma pequena desconcentração da renda, revertendo uma tendência de aumento da desigualdade observada desde os anos 60. Já no cenário mais recente, o desempenho medíocre da economia, com a redução acentuada das taxas de crescimento econômico a partir de 2011 e queda em 2015 e 2016 têm levado a uma rápida deterioração dos indicadores do mercado de trabalho, com aumento significativo das taxas de desemprego e redução das rendas do trabalho, com sérios riscos de perdas das conquistas obtidas ao longo da última década, como reflexo do agravamento das condições econômicas do país.

Luís Antônio Paulino discute, em seu artigo “Ajuste fiscal e austeridade: saída à Direita”, o quadro econômico vivido pelo Brasil desde o início desta década, em particular a queda do crescimento e as escolhas do Governo Dilma, entre o final do primeiro mandato e o início do segundo. A manutenção de alguns instrumentos de política econômica que se mostraram ineficientes, somada à conjuntura internacional desfavorável,

criaram grandes impasses para o governo reeleito. A opção em adotar parte do programa econômico derrotado em 2014, diante da redução dos investimentos e das exigências de operadores do mercado, indicou o caminho da austeridade fiscal, que na prática implica maiores sacrifícios para os trabalhadores e nenhum para o topo da pirâmide social.

No capítulo “A inserção internacional do Brasil em face da conjuntura econômica e política da América Latina: uma breve avaliação”, Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, a partir das categorias de hegemonia e “tradução”, desenvolvimento desigual e combinado e a dialética da paz e da guerra, faz uma reflexão sobre a posição brasileira no contexto internacional. Segundo o autor, o Brasil está inserido em limites conjunturais específicos do movimento de “tradução” de longo alcance da hegemonia norte-americana, além dos nexos desiguais e combinados com perspectiva da dialética da paz e da guerra no além-fronteiras. Na perspectiva da política exterior brasileira com relação ao mundo e à América Latina, o autor faz ressalvas quanto ao papel de liderança e hegemonia brasileiro, na medida em que o Brasil não é uma potência militar e do ponto de vista econômico, apesar da liderança regional, o processo de desindustrialização da economia em curso e a especialização regressiva do país, como exportador de *commodities*, representam obstáculos ao seu papel de liderança e hegemonia no continente.

Jair Pinheiro, em “Hechos y desafíos de la Revolución Bolivariana: una mirada jurídico-política”, procura analisar os dilemas e as perspectivas institucionais e políticas abertas pela Constituição bolivariana da Venezuela, que convive com princípios legais tradicionais (“burgueses”) e socialistas. Enquanto a democracia representativa tradicional é mantida, com eleições periódicas e a passividade típica deste modelo, existe também um Ministério das Comunas pautado pela democracia participativa “protagônica”, que procura envolver os trabalhadores na gestão do bem comum. Esta tensão entre duas concepções distintas de Estado abre muitos desafios, mas também grandes oportunidades para construir novas formas de democracia naquele país e no próprio continente.

No artigo intitulado “Movimentos migratórios como dilema contemporâneo: o papel da mulher em cidades pequenas e médias no Brasil”, Silvia Aparecida de Sousa Fernandes discute o papel da mulher migrante no interior do estado de São Paulo, particularmente na região de Ribeirão

Preto, no contexto do mundo do trabalho e das relações sociais que estabelece com seu grupo. A autora analisa o perfil da migrante e as relações que estabelece no lugar de chegada, no lugar de trabalho e nas relações de vizinhança no bairro de residência. Muitas vezes, esses lugares de reprodução da vida são distintos e exigem o exercício de diferentes papéis e funções sociais. Tendo como referência pesquisa de campo realizada em um bairro do município de Serrana/SP, identifica-se o perfil do migrante na cidade e discute-se a condição da mulher como migrante e os papéis sociais a ela atribuídos. A pesquisa identificou que a maioria dos entrevistados tem origem em uma única cidade do interior de Minas Gerais, Montalvânia, o que, segundo a autora, indica que as redes sociais têm um papel significativo na definição do fluxo migratório. Esses migrantes estão inseridos em atividades econômicas que exigem menor qualificação, pois trabalham majoritariamente na agroindústria canavieira ou com serviço doméstico. Além disso, ao analisar apenas a participação feminina e os motivos da migração, ficou evidente a falta de autonomia das mulheres na opção pela migração e na definição dos destinos do fluxo migratório, pois afirmam ter migrado para acompanhar seus maridos.

No capítulo escrito por Henrique Tahan Novaes e João Henrique Pires, “A entrada da Agroecologia na agenda do MST: estratégia para além do ‘desenvolvimento sustentável’”, os autores mostram que a agroecologia começou a ganhar força na América Latina a partir da década de 1980, no contexto de “redemocratização”. Vários pesquisadores, extensionistas, membros de ONGs e intelectuais de movimentos sociais vêm teorizando sobre suas práticas e princípios, inclusive com a incorporação do tema na agenda do MST, que a partir do ano 2000 assume a agroecologia como matriz produtiva estratégica para as áreas de assentamento e acampamentos sob sua influência. Ela vem sendo vista como alternativa para fazer o enfrentamento às condições destrutivas que a financeirização da agricultura gerou para diversos trabalhadores que se produzem e reproduzem no campo. Mas segundo os autores, a expansão da agroecologia no Brasil encontra barreiras, na medida em que o debate sobre a questão agroecológica e o seu avanço devem levar em consideração outras dimensões que não apenas a ecológica.

O artigo “Algumas reflexões sobre os desafios à tecnologia social numa economia de mercado”, de Agnaldo dos Santos, discute em formato ensaístico alguns aspectos relativos ao desenvolvimento científico e tecnológico à luz do discurso economicista e os problemas desta concepção para as experiências de tecnologia social. Os gestores públicos e parte da comunidade de pesquisa no Brasil aceitam a premissa de que a universidade deve desenvolver pesquisa “pragmática”, para ser aplicada imediatamente pelo mercado, para garantir o desenvolvimento do país. Outra parte desta comunidade, denunciando a instrumentalização da ciência pelo capital, defende a total ruptura com este modelo. A questão seria saber, então, como experimentos de tecnologia social e de economia solidária podem utilizar tais saberes como “implantes pós-capitalistas” no tecido social, sem cair em formas de niilismo.

“O papel do Estado no Crescimento do Agronegócio e o Impacto na Conjuntura dos Recursos Hídricos”, de André Scantimburgo, problematiza questões relativas ao uso e à sustentabilidade dos recursos hídricos a partir da conjuntura atual, identificando nesse cenário o impacto gerado pelo modelo agrícola brasileiro, que privilegia substancialmente o chamado agronegócio. Procura, então, fazer uma análise crítica das políticas de gestão de águas adotadas no Brasil desde os anos 1990, caracterizadas por um modelo gerencial com excesso de tecnocracia e economicismo, no sentido de entender quais as respostas dadas por essas políticas, de forma direta e indireta, para o quadro preocupante de conjuntura dos recursos hídricos.

Ao final, o capítulo escrito por Giovanni Alves, “Capitalismo retardatário e pulsão golpista: um ensaio sobre a miséria brasileira” trata da crise econômica e política brasileira que culminou no golpe que afastou a presidente Dilma do governo. A partir de uma perspectiva histórica, que busca apontar as raízes das mazelas de nossa sociedade, o autor escreve um breve ensaio sobre o tema. De acordo com Alves, o projeto neodesenvolvimentista de inclusão social não foi aceito pela oligarquia brasileira, que sempre buscou preservar a ordem social, cultural e política da Casa Grande. O lulismo abriu espaços para o povo, o que não foi tolerado pela burguesia brasileira e pela classe média. No Brasil, a herança colonial-escravista impede qualquer transformação mais profunda da sociedade. A burguesia brasileira não está comprometida com um projeto de Nação

que inclua o povo. A tarefa que se coloca é romper com esse passado e isto implica a democratização radical do Estado. Esta deve ser a tarefa política da esquerda brasileira. Porém, a esquerda não está a altura dessa tarefa. O PT não buscou romper com essa situação e uma certa esquerda socialista, “teleologicamente revolucionária”, é incapaz de romper com seu mundo de abstrações e participar efetivamente da luta de classes. “O único interessado no projeto de Nação é o *povo brasileiro*”.

Boa leitura!

Os organizadores.